



Documentos de Trabalho
Working Paper Series

**“Economia, Popularidade e Intenções de Voto
em Portugal: uma Análise Longitudinal com
dados Agregados”**

**Francisco José Veiga
Linda Gonçalves Veiga**

NIPE WP 3 / 2003

Economia, Popularidade e Intenções de Voto em Portugal: uma Análise Longitudinal com Dados Agregados

Linda Gonçalves Veiga

Núcleo de Investigação em Políticas Económicas (NIPE)
Universidade do Minho
4710-057 Braga – Portugal
Tel.: +351-253-604568
Fax: +351-253-676375
E-mail: linda@eeg.uminho.pt

Francisco José Veiga

Núcleo de Investigação em Políticas Económicas (NIPE)
Universidade do Minho
P-4710-057 Braga - Portugal
Tel: +351-253604534
Fax: +351-253676375
E-mail: fjveiga@eeg.uminho.pt

Resumo:

O presente artigo analisa o impacto da economia na popularidade dos governantes e nas intenções de voto dos portugueses. Os resultados das estimações realizadas revelam que: (1) os eleitores portugueses responsabilizam os governantes pela evolução da economia, em particular pelo desemprego; (2) os governos de esquerda são mais responsabilizados pela evolução do desemprego enquanto os de direita são mais responsabilizados pela evolução da inflação; (3) a avaliação do desempenho dos governantes é essencialmente retrospectiva. Os dados revelam ainda que a popularidade dos governantes/partidos depende da personalidade do seu líder, que existe erosão da popularidade ao longo de mandatos consecutivos no poder e que os governantes beneficiam de um estado de graça imediatamente após as eleições.

Palavras chave: economia, popularidade, intenções de voto, Portugal.

Fevereiro de 2003

Estamos gratos à Fundação para a Ciência e a Tecnologia pelo financiamento concedido ao projecto (POCTI/2001/ECO/37457) e aos assistentes de investigação, Cláudia Ribeiro e César Coelho, pelo seu eficiente trabalho.

1. Introdução

No presente artigo são sintetizadas e actualizadas as conclusões mais relevantes da investigação que desenvolvemos sobre o impacto da economia na popularidade dos governantes e nas intenções de voto dos portugueses.¹ O principal objectivo da pesquisa é determinar se os eleitores responsabilizam os políticos pelo desempenho da economia durante o período em que estes estão no poder. A hipótese da responsabilização foi introduzida na literatura por Downs (1957), segundo o qual um eleitor racional analisa as medidas implementadas e anunciadas pelos políticos de forma a fazer inferências sobre as políticas futuras e vota no partido ao qual associa uma maior utilidade esperada. Os primeiros artigos a analisar econometricamente a influência de variáveis económicas nos resultados eleitorais e na popularidade dos governantes surgiram na década de 1970, com os trabalhos pioneiros de Mueller (1970), Goodhart e Bhansali (1970) e Kramer (1971) para os E.U.A e a Inglaterra. Desde então, muitos têm sido os artigos publicados, alargando o leque de países e o período temporal analisado².

Se por um lado a evolução da economia condiciona os resultados eleitorais, também é verdade que é depois de eleito que um político pode implementar as medidas que defende e influenciar a economia, pelo que as interacções ocorrem nos dois sentidos. A literatura dos ciclos político-económicos debruça-se sobre o modo como os governantes podem afectar a economia com o intuito de aumentarem as suas hipóteses de reeleição (Nordhaus, 1975) ou de favorecerem os grupos da população que os elegeram (Hibbs, 1977).

Recentemente, o interesse pelas interacções entre a economia e a política tem aumentado, o que se traduziu num aumento do número de publicações.³ Pese embora o

¹ Ver Veiga (1998), Veiga e Veiga (2001a) e Veiga e Veiga (2001b).

² Nannestad e Paldam (1994) apresentam uma extensa revisão sobre funções voto e popularidade.

³ Os livros de Alesina, Cohen e Roubini (1999) e Drazen (2000) constituem boas revisões sobre esta temática.

extenso número de publicações internacionais, a investigação sobre a realidade portuguesa é ainda escassa tanto no que diz respeito às funções popularidade/voto como nos ciclos político-económicos. O presente artigo procura diminuir este vazio da literatura ao analisar o impacto da evolução da economia portuguesa sobre a popularidade das entidades políticas e sobre as intenções de voto dos eleitores portugueses. O trabalho está estruturado da seguinte forma. Na secção 2 apresentam-se os dados utilizados e na 3 os principais resultados das eleições legislativas e presidenciais desde 1976. A metodologia e o modelo a estimar são descritos na secção 4 e os resultados da análise empírica na secção 5. Finalmente, a secção 6 apresenta as principais conclusões.

2. Os dados utilizados

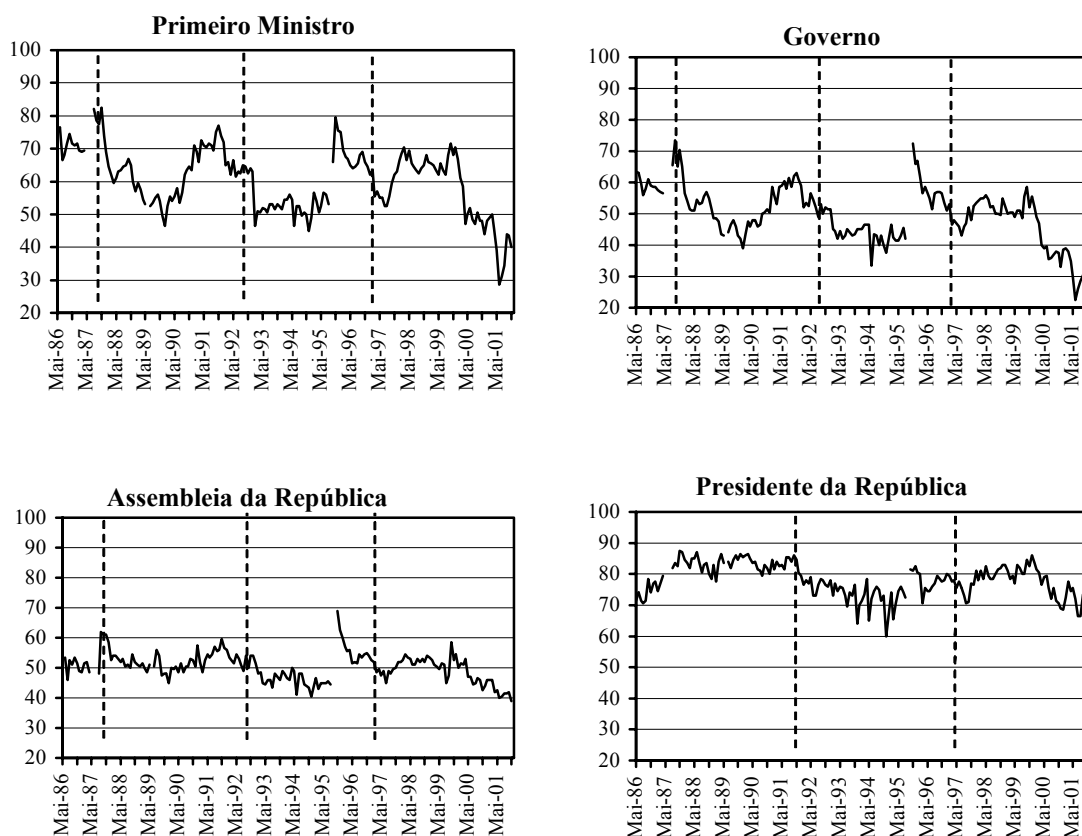
O período analisado no artigo vai de Maio de 1986 a Novembro de 2001.⁴ O Jornal Expresso publica mensalmente, desde Maio de 1986, dados relativos à popularidade do Presidente da República, do Primeiro-ministro, do Governo e da Assembleia da República e às intenções de voto dos eleitores portugueses. Estes dados são recolhidos através de entrevistas telefónicas a uma amostra representativa do universo de eleitores portugueses, obtida através de um ficheiro resultante de uma estratificação por região e “habitat” e ponderada pelas variáveis sexo, idade, “habitat” e região.

Relativamente à popularidade das quatro entidades mencionadas é pedido aos inquiridos que classifiquem o seu desempenho em três categorias: muito bom (MB), assim-assim (AA) ou mau. Com base nestas respostas foi criado um índice de

⁴ Optou-se por analisar os dados apenas até Novembro de 2001 porque em Dezembro do mesmo ano o Jornal Expresso rescindiu o contrato com a empresa EuroExpansão, que efectuava as sondagens desde 1986, e passou a encomenda-las à Eurosondagem. Deste facto resultaram alterações na metodologia de elaboração das sondagens que põem em causa a comparabilidade dos dados.

popularidade para cada entidade de acordo com a seguinte fórmula: $POP_t = (2 \cdot MB_t + AA_t) / 2$. A evolução dos índices para o período considerado pode ser visualizada na figura 2.

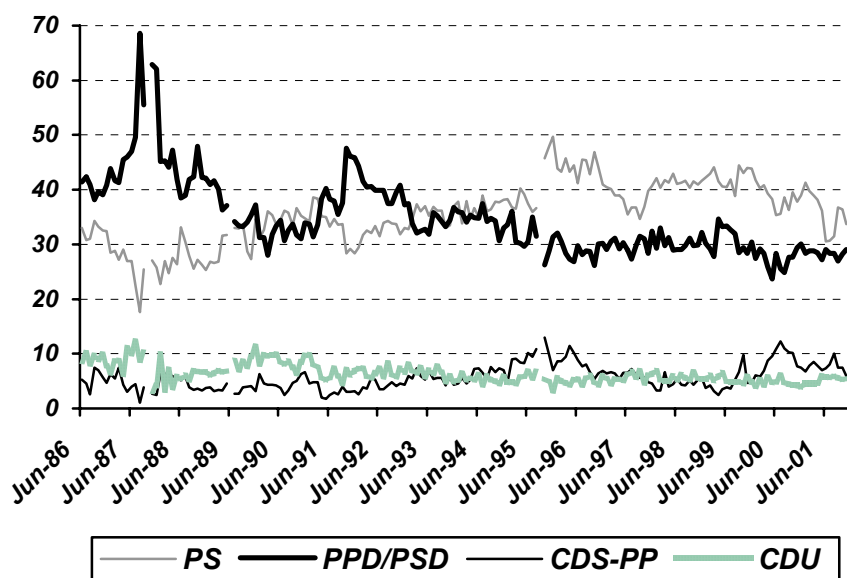
Figura 2. Índices de Popularidade



Nota: as linhas tracejadas assinalam as datas das eleições.

No inquérito realizado é pedido também aos indivíduos contactados que manifestem a sua intenção de voto. As séries com as intenções de voto nos quatro maiores partidos portugueses (PS - Partido Socialista, PPD/PSD - Partido Popular Democrata / Partido Social Democrata, CDS/PP – Centro Democrático e Social / Partido Popular e CDU – Coligação Democrática Unitária) podem ser visualizadas na figura 2.

Figura 3. Intenções de Voto



Os dados mensais relativos ao desemprego, sazonalmente ajustado, e ao índice de preços no consumidor foram obtidos nos “Main Economic Indicators” da OCDE. As taxas de câmbio nominais, taxas de câmbio reais, taxas de juro e índices de produção industrial foram retirados das “International Financial Statistics” do Fundo Monetário Internacional. A fonte do indicador de confiança e das questões que o compõem é o Instituto Nacional de Estatística (INE).

3. Partidos no poder e Presidentes da República durante o período em análise

O período analisado no artigo vai de Maio de 1986 a Novembro de 2001 e a sua delimitação resulta da disponibilidade dos dados sobre as intenções de voto e a popularidade dos governantes. Este período compreende parte do primeiro mandato e os dois mandatos seguintes de Cavaco Silva, assim como o primeiro e parte do segundo mandato de António Guterres. Na tabela 1 são apresentadas as datas das eleições, as percentagens de deputados alcançadas pelos partidos vencedores das eleições legislativas, os nomes dos Primeiros-Ministros e as formas de Governo desde 1976 até ao presente.

Tabela 1. Eleições legislativas e partidos no Governo

Datas das eleições	Partido vencedor ou coligação	% de deputados na A.R.	Primeiro-Ministro	Forma de Governo
25/4/1976	PS	43%	Mário Soares	Partido único, minoria
2/12/1979	AD=PSD+CDS+PPM	51%	Sá Carneiro	Coligação (AD)
5/10/1980	AD=PSD+CDS+PPM	54%	Sá Carneiro	Coligação (AD)
25/4/1983	PS	40%	Mário Soares	Coligação (PS+PSD)
5/10/1985	PSD	34%	Cavaco Silva	Partido único, minoria
19/7/1987	PSD	59%	Cavaco Silva	Partido único
6/10/1991	PSD	58%	Cavaco Silva	Partido único
1/10/1995	PS	48%	António Guterres	Partido único, minoria
10/10/1999	PS	50%	António Guterres	Partido único, minoria
17/3/2002	PSD	46%	Durão Barroso	Coligação (PSD+CDS/PP)

Notas: PS – Partido Socialista; PSD – Partido Social Democrata; CDS/PP – Centro Democrata e Social / Partido Popular, PPM – Partido Popular Monárquico.

Relativamente ao Presidente da República são cobertos os mandatos de Mário Soares e Jorge Sampaio, conforme pode ser verificado na tabela 2.

Tabela 3. Eleições Presidenciais

Datas das eleições	Vencedor (Principal oponente)
27 de Junho de 1976	Ramalho Eanes (Otelo S. de Carvalho)
10 de Dezembro de 1980	Ramalho Eanes (Soares Carneiro)
26 de Janeiro e 16 de Fevereiro de 1986	Mário Soares (Freitas do Amaral)
13 de Janeiro de 1991	Mário Soares (Basílio Horta)
14 de Janeiro de 1996	Jorge Sampaio (Cavaco Silva)
14 de Janeiro de 2001	Jorge Sampaio (Ferreira do Amaral)

4. Metodologia

Neste artigo procuramos analisar as determinantes das intenções de voto dos eleitores portugueses, assim como da popularidade da Assembleia da República, do Governo, do Primeiro-Ministro e do Presidente da República. Os modelos propostos para o estudo de cada uma destas variáveis incluem os seguintes elementos: indicadores da evolução da economia, identificação do líder do partido ou partido no governo, tempo no poder e considerações de ordem ideológica.

A evolução da economia

De acordo com os trabalhos pioneiros de Downs (1957), os eleitores analisam as políticas implementadas e anunciadas pelos políticos de forma a fazerem inferências quanto às suas decisões futuras. A popularidade dos políticos e as intenções de voto dependem por conseguinte da utilidade esperada que cada eleitor lhes associa. Tendo em consideração que mesmo um eleitor racional pode entender que não é prático recolher toda a informação sobre as políticas passadas e anunciadas, assim como as suas possíveis consequências, Kramer (1971) e Frey e Schneider (1978) assumiram que os eleitores tomam as suas decisões com base na informação que mais facilmente conseguem obter. Ou seja, eles votam no partido que está no poder se estão satisfeitos com o seu desempenho económico e votam nos partidos na oposição no caso contrário. Admitindo que a evolução económica passada e presente é um bom indicador dos resultados futuros, este comportamento é consistente com a hipótese da maximização da utilidade esperada.

Embora a hipótese de que os eleitores responsabilizam os governantes pela economia já esteja bem estabelecida na literatura e tenha sido testada ao longo de trinta anos, a sua fundamentação teórica com modelos de expectativas racionais é bem mais recente. Rogoff e Sibert (1988) desenvolveram um modelo no qual a capacidade dos partidos para alcançarem resultados económicos favoráveis difere. Como esta capacidade é informação privada, a competência não é observada directamente pelo eleitorado. Consequentemente, os eleitores votam com base em avaliações das políticas implementadas pelos governantes. Em Alesina e Cukierman (1990), os eleitores não estão perfeitamente informados sobre as preferências dos governantes nem observam directamente as políticas que estes implementam. Por conseguinte, a hipótese de

preferências persistentes implica que os eleitores fazem inferências sobre as políticas futuras e os seus resultados com base na análise das condições económicas correntes.

Harrington (1993) combina os dois modelos descritos acima ao assumir que os eleitores têm incerteza quanto à eficácia das acções políticas, quanto às intenções de política para o futuro, e acerca da política que o incumbente acredita ser a melhor. As preferências dos eleitores são endógenas e podem variar à medida que novas informações são disponibilizadas. Neste contexto, o eleitorado reagirá mais às políticas, tal como em Rogoff e Sibert (1988), quando dispuser de mais conhecimento sobre a política mais adequada ou for mais capaz de prever o impacto das políticas. As decisões de voto basear-se-ão mais no desempenho, tal como em Alesina e Cukierman (1990), quando os eleitores estiverem mais inseguros quanto à eficácia das políticas adoptadas ou anunciadas.

Relativamente aos eleitores portugueses parece-nos que a segunda hipótese é a mais adequada, ou seja, os eleitores não têm grande conhecimento sobre a eficácia das políticas adoptadas ou anunciadas, nem sobre qual a política que deveria ser seguida. Este raciocínio baseia-se no facto de: (1) os programas económicos dos dois maiores partidos (PS e PSD) não serem substancialmente diferentes e as principais propostas apresentadas por ambos não serem, em geral, claramente explicitadas; (2) frequentemente são feitas promessas em períodos de campanha eleitoral que não são cumpridas depois das eleições; (3) o nível educacional da população portuguesa é baixo quando comparado com os restantes países da União Europeia ou mesmo da O.C.D.E. Parece-nos, portanto, que em Portugal o grau de incerteza quanto ao impacto económico das medidas implementadas é considerável. Com base neste raciocínio assumimos que as decisões de voto são baseadas essencialmente nos resultados obtidos. O vector de variáveis que utilizamos para medir a evolução da economia inclui, entre outros, a taxa

de desemprego, a taxa de inflação e o indicador de confiança. Tomando em consideração que a libertação de informação sobre as variáveis económicas, assim como a tomada de consciência por parte dos indivíduos das alterações na economia, demoram algum tempo, todas as variáveis económicas são desfasadas um mês.

A personalidade do líder

É incluída uma variável muda para o líder de cada governo. Esta permite-nos ter em consideração a influência da personalidade e do carisma de quem lidera o governo nas intenções de voto e na popularidade do seu partido/governo. A ideia de que líderes mais populares fazem aumentar as intenções de voto no seu partido está já bem estabelecida na literatura.⁵

Tempo no poder

O tempo no poder é tido em consideração de duas formas. Primeiro, partidos recentemente eleitos beneficiam de um estado de graça com o eleitorado na medida em que o público não os responsabiliza pelas condições económicas que prevalecem no início dos mandatos.⁶ A hipótese de existir um estado de graça é testada através da inclusão de uma variável que assume o valor seis no primeiro mês de cada mandato, cinco no segundo mês, vai diminuindo até um no sexto mês e assume o valor zero nos restantes meses.

Em segundo lugar, governar tem custos em termos de popularidade que se traduzem numa redução da popularidade (intenções de voto) do partido no poder. Mueller (1970) e Frey e Schneider (1978) avançaram com uma primeira explicação para este fenómeno afirmando que as decisões dos governantes, mesmo que sejam sempre

⁵ Veja-se Lanoue e Headrick (1994) para um estudo sobre a Grã-Bretanha. Frey e Schneider (1978) utilizaram variáveis mudas para controlar para a popularidade dos Presidentes dos E.U.A.

⁶ Veja-se a este propósito Smith, Washburn e Dua (1989, p. 338).

apoiadas por uma maioria do eleitorado, tendem a alienar alguns eleitores. À medida que novas minorias se vão tornando descontentes a popularidade dos governantes diminui. Mueller (1970) avançou ainda com uma segunda causa para a redução da popularidade ao longo do tempo de governação. Segundo este autor, durante a campanha eleitoral os candidatos prometem mais do que podem concretizar. Por conseguinte, algum tempo após o escrutínio o descontentamento dos eleitores vai aumentando à medida que estes se apercebem que os eleitos se revelam incapazes de cumprir o que prometeram. Procura-se captar os custos de popularidade/intenções de voto à medida que o tempo de governação aumenta através da inclusão, em alternativa, de uma variável muda para cada mandato ou uma variável que mede o número de meses no poder.

Modelo base

Tomando em consideração os aspectos acima descritos, foi construído um modelo que serviu de base para as estimações econométricas das funções de popularidade e das funções intenções de voto. Este modelo corresponde ao descrito na equação (1), onde a variável dependente (POP_t/IV_t) representa os níveis de popularidade das entidades políticas (POP_t) ou as percentagens de intenções de voto no partido do governo (IV_t) no mês t . São utilizadas como variáveis explicativas os valores desfasados da variável dependente (POP_{t-1}/IV_{t-1}), um vector de variáveis mudas para os líderes partidários ($LÍDER_t$), um vector de variáveis que capta a existência de um estado de graça e os efeitos do tempo no poder ($TEMPO_t$) e ainda um conjunto de variáveis que reflectem a situação económica (ECO_t). Finalmente, u_t , é o termo de erro.

$$POP_t/IV_t = \alpha + \beta POP_{t-1}/IV_{t-1} + \phi LÍDER_t + \eta TEMPO_t + \gamma ECO_{t-1} + u_t \quad (1)$$

Modelo com efeitos de ideologia

Na medida em que as avaliações que os eleitores fazem do desempenho dos governantes podem depender da ideologia dos mesmos (Powell e Whitten, 1993 e Swank, 1993), foram criadas variáveis que resultam da interacção das variáveis económicas com as variáveis mudas que indicam o partido no governo ($PART_i*ECO$). Em Portugal, durante o período em análise, apenas o Partido Social Democrata e o Partido Socialista assumiram o poder. Ao primeiro é associada uma ideologia de direita e ao segundo uma ideologia de esquerda. A equação (2) sintetiza o modelo utilizado para testar a existência de efeitos de ideologia:

$$POP_t/IV_t = \alpha + \beta POP_{t-1}/IV_{t-1} + \phi LÍDER_t + \eta TEMPO_t + \delta_t(PART_i*ECO)_{t-1} + u_t \quad (2)$$

As considerações de ordem ideológica foram introduzidas na literatura de política económica por Hibbs (1977). De acordo com este autor os partidos quando assumem o poder procuram favorecer os indivíduos que neles votaram. Na medida em que a evolução da economia, em particular do desemprego e da inflação, afecta de forma desigual as diferentes camadas da população, é de esperar que a preocupação com o controlo destes fenómenos seja diferenciada de acordo com a ideologia do partido que governa. Em concreto, os partidos de esquerda concentrar-se-ão no combate ao desemprego já que este afecta de forma mais acentuada as camadas do eleitorado que os elegem, ou seja, as mais desfavorecidas. Por oposição, os partidos de ideologia de direita cujo principal apoio advém dos estratos mais favorecidos da população, particularmente avessos à inflação, estarão relativamente mais preocupados com a estabilização dos preços.

Powell e Whitten (1993) e Swank (1993) introduziram as considerações ideológicas nas funções de popularidade/voto, utilizando para o efeito duas abordagens

diferentes. De acordo com os dois primeiros autores, os eleitores responsabilizam mais os governantes pela evolução das variáveis onde estes concentram os seus esforços. Ou seja, os governantes de direita serão mais responsabilizados pela evolução dos preços, enquanto os de esquerda serão mais responsabilizados pelo desemprego. Pelo contrário, Swank (1993) segue uma abordagem baseada na procura de resultados e afirma que os eleitores tendem a votar nos partidos cuja ideologia consideram mais adequada para resolver o problema mais grave da economia. Assumindo esta hipótese, é de esperar que as intenções de voto nos partidos de esquerda aumentem quando o desemprego cresce e que os partidos de direita ganhem popularidade quando os preços sobem.

Modelo de avaliações retrospectivas ou prospectivas

Por último, investigamos se as avaliações do desempenho dos governantes são feitas com base na análise da evolução da situação económica passada (avaliação retrospectiva) ou tomando como referência as expectativas de evolução da mesma no futuro (avaliação prospectiva). Sobre esta matéria, os resultados descritos na literatura não são consensuais uma vez que a evidência encontrada a favor de cada uma das hipóteses é equiparável.⁷ No presente artigo foi utilizada informação relativa às respostas a sete questões do Inquérito aos Consumidores Portugueses do Instituto Nacional de Estatística para construir variáveis que reflectem as condições económicas do passado recente, assim como as expectativas para o futuro (ver o apêndice). O modelo foi ajustado de forma a incluir o vector de variáveis retiradas do Inquérito ao Consumidor (*IC*), conforme descrito na equação (3).

$$POP_t/IV_t = \alpha + \beta POP_{t-1}/IV_{t-1} + \phi LÍDER_t + \eta TEMPO_t + \theta IC_t + u_t \quad (3)$$

⁷ Veja-se a este respeito Nannestad e Paldam (1994, p. 228).

5. Resultados da análise empírica

Nesta secção são apresentados os resultados das estimações econométricas dos três modelos descritos na secção anterior. As funções de popularidade foram estimadas através do método de regressões aparentemente não relacionadas (*Seemingly Unrelated Regressions - SUR*), de forma a ter em consideração que a popularidade das quatro entidades políticas está relacionada, ou seja, que elas são afectadas por factores comuns não incluídos no modelo. Na estimação das funções de intenção de voto no partido no poder foi usado o método dos mínimos quadrados (*Ordinary Least Squares – OLS*).

Modelo base

Os resultados da estimação de um modelo de regressões aparentemente não relacionadas para o índice de popularidade das entidades políticas em análise são mostrados na tabela 4. O valor do índice de popularidade no mês anterior é sempre estatisticamente significativo e com sinal positivo, comprovando a nossa expectativa de que há uma persistência considerável na popularidade das entidades políticas⁸. No que toca à liderança do governo ou do partido no poder, foi incluída na regressão uma variável muda que iguala um quando António Guterres é Primeiro Ministro e zero quando Cavaco Silva ocupa esse cargo. Os resultados mostram que a popularidade da Assembleia da República, Governo e Primeiro Ministro foram em média menores durante os mandatos de António Guterres. Já no caso do Presidente da República, não há diferenças significativas entre a popularidade de Mário Soares e de Jorge Sampaio.

As variáveis mudas que representam o segundo e terceiro mandatos de um partido no governo são estatisticamente significativas e têm um sinal negativo, indicando que há uma perda de popularidade ao longo de mandatos consecutivos no

⁸ O número óptimo de valores desfasados da variável dependente foi escolhido com base no Critério de Informação Baiesiano de Schwartz e na ausência de auto-correlação nos resíduos.

poder.⁹ Os resultados também mostram que, exceptuando o Presidente, as entidades políticas beneficiam de um estado de graça no início dos seus mandatos.

Tabela 4: Popularidade das entidades políticas (inflação e desemprego)

	Assembleia da República	Governo	Primeiro Ministro	Presidente
Constante	31.88 (7.35)***	34.70 (9.18)***	39.32 (7.04)***	35.54 (5.41)***
POP(-1)	.48 (9.84)***	.59 (15.97)***	.63 (17.97)***	.61 (10.03)***
Guterres	-3.18 (-2.03)**	-8.43 (-4.21)***	-8.19 (-3.79)***	
Sampaio				-2.11 (-1.47)
2º Mandato	-2.84 (-3.71)***	-6.80 (-6.63)***	-7.91 (-6.94)***	-2.83 (-3.16)***
3º Mandato	-4.43 (-3.70)***	-9.48 (-5.94)***	-10.49 (-5.93)***	
Estado de graça	.96 (5.61)***	1.20 (5.56)***	1.16 (5.06)***	0.21 (.96)
Inflação (-1)	-.01 (-.11)	-.026 (-1.39)	-.23 (-1.14)	-0.005 (-.03)
Taxa de Desemprego (-1)	-0.47 (-1.96)**	-.84 (-2.90)***	-1.33 (-4.06)***	-.60 (-2.24)**
R ² Ajustado	0.68	0.86	0.88	0.65

Fontes: Expresso, OECD-MEI, INE e Comissão Nacional de Eleições.

Notas: - a variável dependente é o índice de popularidade da entidade política descrita no título da coluna respectiva;
- dados mensais de Maio de 1986 a Outubro de 1999;
- as estatísticas t estão entre parêntesis;
- nível de significância de rejeição da hipótese nula: ***, 1%; **, 5%, e *, 10%;
- modelos estimados pelo método das regressões aparentemente não relacionadas (SUR).

⁹ Embora os coeficientes indiquem a perda de popularidade face ao primeiro mandato, os coeficientes associados à variável muda para o terceiro mandato têm sempre um valor absoluto superior aos associados à variável que representa o segundo mandato. Isto significa que a passagem do segundo para o terceiro mandato também implica uma perda de popularidade. Como um Presidente da República não pode servir mais que dois mandatos consecutivos, a variável muda para o terceiro mandato não foi incluída na equação do Presidente.

A evolução da economia foi tida em consideração através da inclusão no vector de variáveis explicativas da taxa de inflação homóloga e da taxa de desemprego, as variáveis que se têm revelado mais significativas nos estudos internacionais de funções de voto e popularidade. Tendo em conta que tanto inflação como desemprego são dois fenómenos não desejados pelos eleitores, será de esperar que a popularidade das entidades políticas diminua quando estas variáveis aumentam. Ou seja, esperam-se coeficientes de sinal negativo para estas variáveis. Os resultados confirmam essa expectativa, mas só a taxa de desemprego é estatisticamente significativa. Assim, encontramos evidência a favor da hipótese da responsabilização no que toca ao desemprego mas não para a inflação.¹⁰ Essa responsabilização, traduzida no valor absoluto dos coeficientes estimados, é maior para o Primeiro Ministro e para o Governo que este dirige do que para a Assembleia e Presidente. Ou seja, como é de esperar, os portugueses responsabilizam mais pela evolução do desemprego as entidades que têm maior controlo sobre a política económica.

Nas estimações apresentadas na tabela 5 usamos o indicador de confiança dos consumidores portugueses construído pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em vez da taxa de inflação e da taxa de desemprego. Este indicador baseia-se nas respostas dos consumidores inquiridos a cinco questões que traduzem as percepções sobre a evolução da situação económica familiar e nacional no ano anterior e as expectativas para o próximo ano. Ou seja, o indicador de confiança mostra o sentimento dos consumidores acerca da evolução recente da economia e as perspectivas para o futuro. Assim, será de esperar que a popularidade dos governantes varie no mesmo sentido que

¹⁰ Convém notar que usando outras definições da taxa de inflação, como médias móveis da inflação mensal, os resultados já são várias vezes estatisticamente significativos para o Governo e Primeiro Ministro, demonstrando alguma evidência de responsabilização pela evolução da inflação. Outras variáveis macroeconómicas para as quais dados mensais podem ser obtidos foram usadas mas não se revelaram estatisticamente significativas: taxas de câmbio nominais e reais, índice de produção industrial, taxas de juro, etc.

o indicador de confiança. Essa expectativa é confirmada pelos resultados, já que o coeficiente associado ao indicador de confiança é estatisticamente significativo para todas as entidades e tem sinal positivo. O seu valor é maior para as entidades que têm maior controlo sobre a política económica: Primeiro Ministro e Governo. Quanto às restantes variáveis explicativas, os resultados são similares aos da tabela 4.

Tabela 5: Popularidade das entidades políticas (índice de confiança)

	Assembleia da República	Governo	Primeiro Ministro	Presidente
Constante	30.72 (11.06)***	27.15 (10.66)***	29.04 (9.88)***	35.68 (7.28)***
POP(-1)	.44 (8.92)***	.57 (14.69)***	.61 (16.06)***	.57 (9.78)***
Guterres	-0.96 (-1.55)	-3.52 (-4.37)***	-2.39 (-2.83)***	
Sampaio				-.67 (-1.13)
2º Mandato	-1.59 (-3.06)***	-4.83 (-6.57)***	-4.79 (-6.22)***	-1.34 (-2.13)**
3º Mandato	-1.73 (-2.15)**	-4.83 (-4.60)***	-4.49 (-4.02)***	
Estado de graça	.73 (4.43)***	.91 (4.29)***	.77 (3.47)***	0.05 (.26)
Indicador de Confiança (-1)	.13 (4.63)***	.15 (4.41)***	.21 (5.02)***	.13 (4.09)***
R ² Ajustado	0.70	0.87	0.88	0.66

Fontes: Expresso, OECD-MEI, INE e Comissão Nacional de Eleições.

Notas: - a variável dependente é o índice de popularidade da entidade política descrita no título da coluna respectiva;
- dados mensais de Maio de 1986 a Outubro de 1999;
- as estatísticas t estão entre parêntesis;
- nível de significância de rejeição da hipótese nula: ***, 1%; **, 5%, e *, 10%;
- modelos estimados pelo método das regressões aparentemente não relacionadas (SUR).

O modelo base também foi estimado para a percentagem de intenções de voto no partido do governo.¹¹ Os resultados são apresentados nas colunas 1 e 2 da tabela 6. Na coluna 1 podemos constatar que as intenções de voto no partido do governo descem quando a inflação ou a taxa de desemprego aumentam, pelo que a responsabilização dos governantes abarca agora estas duas variáveis macroeconómicas.

Tabela 6: Intenções de voto no partido que está no poder

	1	2	3
Constante	31.32 (5.66)***	15.15 (6.73)***	36.77 (5.63)***
IV_Gov (-1)	.56 (10.25)***	.64 (13.24)***	.52 (9.00)***
Guterres / PS	-5.51 (-3.37)***	-.15 (-.27)	-7.95 (-2.13)**
Estado de Graça do Governo	.62 (4.33)***	.62 (4.11)***	.64 (4.40)***
Tempo no Governo	-.08 (-4.65)***	-.02 (-2.82)***	-.10 (-4.97)***
Inflação (-1)	-.61 (-3.28)***		
(Inflação*PS) (-1)			-.04 (-.12)
(Inflação*PSD) (-1)			-.82 (-3.62)***
Taxa de Desemprego (-1)	-.70 (-2.62)***		
(Tx_Des*PS) (-1)			-1.12 (-3.16)***
(Tx_Des*PSD) (-1)			-.80 (-2.43)**
Indicador de Confiança (-1)		.02 (.75)	
R ² Ajustado	.75	.74	.75

Fontes: Expresso, OECD-MEI, INE e Comissão Nacional de Eleições.

Notas: - a variável dependente é a percentagem de intenções de voto no partido que está no governo;
- dados mensais de Maio de 1986 a Outubro de 1999;
- Estatísticas-t entre parêntesis;
- Nível de significância de rejeição da hipótese nula: *** - 1%, ** - 5% e * - 10%;
- Modelos estimados por OLS.

¹¹ Até Outubro de 1995 o partido no governo foi o PPD/PSD e a partir dessa data o PS.

Na coluna 2, o indicador de confiança deixa de ser estatisticamente significativo, o que parece contrariar os resultados da tabela 5. No entanto, esta aparente contradição é em parte compensada pela significância estatística de variáveis baseadas nas respostas a algumas das questões do inquérito ao consumidor que compõem o indicador de confiança (ver tabela 7, mais à frente).

As restantes conclusões mantêm-se. Há persistência nas intenções de voto, estas tendem a ser em média menores durante os governos liderados por António Guterres, os governos beneficiaram de um estado de graça no início dos seus mandatos e um partido perde intenções de voto à medida que passa mais tempo no governo.¹²

Modelo com efeitos de ideologia

O passo seguinte consistiu em verificar se a responsabilização dos governantes em relação à inflação e ao desemprego é afectada pela ideologia do partido do governo. Para tal, foram criadas quatro novas variáveis que resultam da multiplicação da taxa de inflação e da taxa de desemprego por variáveis mudas que identificam os governos PS e os PSD.¹³ Os resultados para as intenções de voto no partido do governo são apresentados na coluna 3 da tabela 6.¹⁴ Aparentemente, só o PSD é responsabilizado pela evolução da inflação, pois a variável de interacção entre a taxa de inflação e o PS não é estatisticamente significativa. Por sua vez, o PS é mais responsabilizado que o PSD pela evolução do desemprego (o valor absoluto do coeficiente da variável de

¹² Note-se que nestas equações usamos uma forma alternativa de representar o tempo no governo. Ou seja, neste caso temos uma variável que indica o número de meses no governo em vez de variáveis mudas para os mandatos consecutivos. Este efeito de perda de intenções de voto mantém-se quando usamos as variáveis para os mandatos em vez do número de meses no governo.

¹³ A variável PS iguala 1 quando o PS está no governo e zero quando o PSD governa. A variável PSD é igual a 1-PS, ou seja, iguala 1 quando o PSD governa e zero quando o PS está no governo.

¹⁴ Por motivos de economia de espaço passamos a apresentar unicamente os resultados das estimações que usam como variável dependente as intenções de voto no partido do governo. Os resultados para a popularidade das entidades políticas podem ser disponibilizados pelos autores a quem os solicitar.

interacção para o PS é superior ao da variável para o PSD). Quanto às restantes variáveis, os resultados não se alteram.

No que toca às duas hipóteses avançadas para os efeitos de ideologia, a evidência empírica favorece a visão do lado da oferta de Powell e Witten (1993), em comparação com a abordagem do lado da procura de resultados proposta por Swank (1993). Isto porque temos o partido de direita (PSD) a ser mais responsabilizado pela evolução da inflação e o partido de esquerda (PS) a ser mais responsabilizado pela evolução do desemprego, tal como os primeiros autores previram.

Modelo de avaliações retrospectivas ou prospectivas

De forma a averiguar se as avaliações do desempenho dos governantes são feitas com base na análise da evolução recente da economia (avaliação retrospectiva) ou se baseiam nas expectativas dos eleitores face à evolução futura (avaliação prospectiva), utilizamos os dados sobre sete questões do inquérito ao consumidor do INE.¹⁵ Mantendo as variáveis explicativas relativas à persistência nas intenções de voto, ao líder do governo, ao estado de graça e ao tempo no governo, procuramos incluir em cada equação pelo menos uma variável relativa à percepção sobre a evolução passada da economia e outra relativa às expectativas da evolução futura. Os resultados são apresentados na tabela 7.

¹⁵ Estas questões são descritas no Apêndice.

Tabela 7: Intenções de voto no partido do governo (usando as respostas ao inquérito aos consumidores)

	1	2	3	4	5	6	7
Constante	16.31 (6.80)***	16.09 (6.85)***	28.53 (6.22)***	16.53 (7.19)***	15.51 (6.87)***	26.11 (6.30)***	25.48 (6.07)***
IV_Gov (-1)	.64 (13.05)***	.63 (12.85)***	.59 (11.91)***	.63 (12.99)***	.63 (13.08)***	.61 (12.48)***	.61 (12.50)***
Guterres / PS	-.64 (-1.02)	-.35 (-.53)	-4.04 (-3.58)***	.23 (.42)	.53 (.89)	-3.23 (-3.03)***	-3.04 (-2.65)***
Estado de Graça do Governo	.69 (4.26)***	.71 (4.23)***	.53 (3.54)***	.52 (3.41)***	.55 (3.64)***	.56 (3.63)***	.54 (3.53)***
Tempo no Governo	-.03 (-3.06)***	-.03 (-2.54)**	-.05 (-3.80)***	-.02 (-1.70)*	-.01 (-1.28)	-.04 (-3.29)***	-.03 (-2.80)***
Situação Económica do Lar (últimos 12 meses)	.12 (1.72)*			.16 (2.50)**			
Situação Económica do Lar (próximos 12 meses)	-.10 (-1.24)					-.03 (-.69)	
Situação Económica do País (últimos 12 meses)		.08 (2.07)**			.06 (2.48)**		
Situação Económica do País (próximos 12 meses)		-.08 (-1.40)					-.01 (-.35)
Aumentos de Preços (últimos 12 meses)			-.15 (-3.65)***			-.12 (-3.64)***	-.12 (-3.45)***
Aumentos de Preços (próximos 12 meses)			.03 (.68)	-.03 (-1.13)	-.02 (-.86)		
Taxa de Desemprego (-1)			-.83 (-2.07)**			-.60 (-2.32)**	-.55 (-2.17)**
Desemprego (próximos 12 meses)			.03 (1.43)	.03 (1.81)*	.02 (1.32)		
R ² Ajustado	.74	.74	.75	.74	.74	.75	.75

Fontes: Expresso , OECD-MEI, INE e Comissão Nacional de Eleições.

Notas: - a variável dependente é a percentagem de intenções de voto no partido que está no governo;
- Estatísticas-t entre parêntesis; Nível de significância de rejeição da hipótese nula: *** - 1%, ** - 5% e * - 10%;
- Dados mensais de Maio de 1986 a Outubro de 1999. Modelos estimados por OLS.

Na coluna 1 incluímos variáveis sobre a situação económica do agregado familiar (lar) nos últimos doze meses e a expectativa para os próximos doze meses. Só a primeira se revelou estatisticamente significativa, pelo que uma melhor situação do lar durante o último ano implica um aumento nas intenções de voto no partido do governo. O mesmo se passa em relação à situação económica do país (ver coluna 2). Na coluna 3, temos os aumentos percebidos nos preços pelos eleitores nos últimos doze meses e os esperados para os próximos doze meses, juntamente com a taxa de desemprego¹⁶ e a evolução esperada para o desemprego nos próximos doze meses. Só as variáveis referentes ao passado se revelaram estatisticamente significativas. O sinal negativo dos coeficientes implica que maiores aumentos de preços e maiores taxas de desemprego afectam negativamente as intenções de voto no partido do governo.

Na coluna 4, temos a situação económica do lar nos últimos doze meses e a evolução dos aumentos de preços e do desemprego esperada para os próximos doze meses. A primeira variável é significativa e tem o sinal esperado, enquanto os aumentos de preços não são estatisticamente significativos e o coeficiente associado ao desemprego esperado tem o sinal contrário ao antecipado.¹⁷ Na coluna 5, só a situação económica do país no ano anterior é estatisticamente significativa. Nas colunas 6 e 7 usam-se as situações económicas esperadas (do lar e do país) juntamente com a percepção de aumentos de preços nos últimos doze meses e a taxa de desemprego. Mais uma vez, só as variáveis que se referem ao passado são estatisticamente significativas.

Assim, podemos concluir que o julgamento do desempenho dos governantes se baseia numa avaliação da evolução da economia num passado recente e não nas expectativas face à evolução económica futura. Quanto às restantes variáveis, mantém-

¹⁶ Como no inquérito ao consumidor não há uma questão sobre a evolução passada do desemprego, utilizamos aqui o valor desfasado da taxa de desemprego.

¹⁷ Como o grau de significância é baixo (10%) e o coeficiente é pequeno, este resultado não é preocupante.

se a evidência acerca da persistência nas intenções de voto, da existência de um estado de graça no início dos mandatos e da deterioração das intenções de voto à medida que o tempo no governo aumenta. No entanto, reduz-se a evidência de que as intenções de voto foram menores durante os governos de António Guterres, já que a variável muda a eles associada não é estatisticamente significativa em quatro regressões.

6. Conclusões

O principal objectivo do presente artigo é examinar a forma como a evolução da economia afecta a popularidade das principais entidades políticas portuguesas e as intenções de voto no partido que está no poder. Nesse sentido, averiguou-se se a hipótese de que os eleitores responsabilizam os governantes pela evolução da economia, penalizando-os quando as principais variáveis macroeconómicas evoluem de forma desfavorável e compensando-os quando a situação económica melhora, se verifica em Portugal.

A estimação de modelos de regressões aparentemente não relacionadas (SUR) para a popularidade das entidades políticas e de mínimos quadrados (OLS) para as intenções de voto no partido do governo revelou forte evidência a favor da hipótese de que os políticos são responsabilizados pela evolução da economia. Concretamente, a análise da popularidade mostrou que os eleitores estão particularmente atentos à taxa de desemprego e que o indicador de confiança dos consumidores também é importante. Já no estudo das intenções de voto, tanto a taxa de desemprego como a taxa de inflação são importantes.

Os resultados empíricos também mostram que há efeitos ideológicos nesta responsabilização dos governantes. Tal como prevêem Powell e Witten (1993), o partido de direita (PPD/PSD) é mais responsabilizado pela evolução da taxa de inflação

que o partido de esquerda (PS), acontecendo o inverso em relação à taxa de desemprego. Ou seja, na avaliação que fazem sobre o desempenho dos governantes na esfera económica, os eleitores atribuem um maior peso à variável com que o partido que está no poder (e os seus constituintes) mais se preocupa.

Apesar de na literatura de funções de voto/popularidade não existir consenso sobre o carácter retrospectivo ou prospectivo do julgamento do desempenho dos governantes, os nossos resultados mostram que os portugueses se baseiam mais na evolução da economia num passado recente do que nas suas expectativas para o futuro. Ou seja, a avaliação dos eleitores portugueses é claramente retrospectiva.

Embora a verificação da hipótese da responsabilização dos governantes pela evolução da economia constitua o principal objectivo deste estudo, obtivemos alguns resultados adicionais que são dignos de registo. Primeiro, confirmamos as nossas expectativas no que toca à persistência da popularidade e das intenções de voto, na medida em que o valor destas no mês anterior se revelou estatisticamente significativo em todas as estimações. Segundo, há alguma evidência de que a popularidade da Assembleia da República, Governo e Primeiro Ministro e as intenções de voto no partido do governo foram menores durante os governos liderados por António Guterres do que durante os liderados por Cavaco Silva. Quanto ao Presidente da República, não há diferenças significativas de popularidade entre Mário Soares e Jorge Sampaio. Terceiro, os resultados mostram uma clara tendência para a erosão de popularidade e de intenções de voto ao longo de mandatos e/ou meses consecutivos no poder. Finalmente, a análise da popularidade das entidades políticas revelou que a Assembleia da República, o Governo e o Primeiro Ministro beneficiaram de um estado de graça no início de cada mandato. A mesma tendência se verifica para as intenções de voto no partido que está no poder.

7. Bibliografia

- Alesina, A., Cohen, G. e Roubini, N. (1997). *Political Cycles and the Macroeconomy*. Cambridge and London: MIT Press.
- Alesina, A. e Cukierman, A. (1990). The politics of ambiguity. *Quarterly Journal of Economics* 105(4): 829-850.
- Downs, A. (1957). *An economic theory of democracy*. New York: Harper and Row.
- Drazen, A. (2000). *Political Economy in Macroeconomics*. New Jersey: Princeton University Press.
- Frey, B.S. e Schneider, F. (1978). An empirical study of politico-economic interaction in the United States. *Review of Economics and Statistics* 60: 174-183.
- Goodhart, C.A.E. e Bhansali, R.J. (1970). Political economy. *Political Studies* 18: 43-106.
- Harrington, J. Jr. (1993). Economic policy, economic performance, and elections. *American Economic Review* 83(1): 27-42.
- Hibbs, D.A. (1977). Political Parties and Macroeconomic Policy. *American Political Science Review* 71: 1467-1487.
- Kramer, G.H. (1971). Short-term fluctuations in US voting behavior, 1896-1964. *American Political Science Review* 65: 131-143.
- Lanoue, D.J. e Headrick, B. (1994). Prime Ministers, Parties and the Public: the Dynamics of Government Popularity in Great Britain. *Public Opinion Quarterly* 58: 191-209.
- Mueller, J.E. (1970). Presidential popularity from Truman to Johnson. *American Political Science Review* 64: 18-23.

- Nannestad, P. e Paldam, M. (1994). The VP-function: a survey of the literature on vote and popularity functions after 25 years. *Public Choice* 79: 213-245.
- Nordhaus, W. (1975). The Political Business Cycle. *Review of Economic Studies* 42: 169-90.
- Powell, G.B. Jr. e Whitten, G.D. (1993). A cross-national analysis of economic voting: taking account of the political context. *American Journal of Political Science* 37(2): 391-414.
- Rogoff, K. e Sibert, A. (1998). Elections and macroeconomic cycles. *Review of Economic Studies* 55: 1-16.
- Smith, D. J., Washburn, S. K. e Dua, P. (1989). Social preferences, inflation, unemployment, and political business cycles: econometric evidence for the Reagan Presidency. *Southern Economic Journal* 56 (2): 336-348.
- Swank, O.H. (1993). Popularity Functions Based on Partisan Theory. *Public Choice* 75: 339-356.
- Veiga, Francisco e Veiga, Linda (2001a). Popularity functions, partisan effects and support in Parliament. *NIPE-Working Paper, EEG-UM, WP-8*.
- Veiga, Francisco e Veiga, Linda (2001b). The determinants of vote intentions in Portugal. *NIPE-Working Paper, EEG-UM, WP-6*, 2001. Aceite para publicação na revista *Public Choice*.
- Veiga, Linda G. (1998). Popularity Functions for the Portuguese Prime Minister, Government, Parliament and President. *European Journal of Political Research* 33: 347-361.

Apêndice 1: Questões do Inquérito aos Consumidores do INE

- 1- Em sua opinião, a situação económica do seu lar (agregado familiar), nos últimos 12 meses...
 - 1.1 ... Melhorou muito
 - 1.2 ... Melhorou um pouco
 - 1.3 ... Manteve-se
 - 1.4 ... Piorou um pouco
 - 1.5 ... Piorou muito
 - 1.6 ... Não sabe
- 2- Em sua opinião, a situação financeira do seu lar (agregado familiar), nos próximos 12 meses irá...
 - 2.1 ... Melhorar muito
 - 2.2 ... Melhorar um pouco
 - 2.3 ... Manter-se
 - 2.4 ... Piorar um pouco
 - 2.5 ... Piorar muito
 - 2.6 ... Não sabe
- 3- Em sua opinião, a situação económica geral do país, nos últimos 12 meses...
 - 3.1 ... Melhorou muito
 - 3.2 ... Melhorou um pouco
 - 3.3 ... Manteve-se
 - 3.4 ... Piorou um pouco
 - 3.5 ... Piorou muito
 - 3.6 ... Não sabe
- 4- Em sua opinião, a situação económica geral do país, nos próximos 12 meses irá...
 - 4.1 ... Melhorar muito
 - 4.2 ... Melhorar um pouco
 - 4.3 ... Manter-se
 - 4.4 ... Piorar um pouco
 - 4.5 ... Piorar muito
 - 4.6 ... Não sabe
- 5- Em seu entender, os preços, nos últimos 12 meses...
 - 5.1 ... Aumentaram muito
 - 5.2 ... Aumentaram
 - 5.3 ... Aumentaram um pouco
 - 5.4 ... Ficaram na mesma
 - 5.5 ... Desceram ligeiramente
 - 5.6 ... Não sabe
- 6- Em seu entender, tendo em conta a actual situação, acha que os preços, nos próximos 12 meses, irão...
 - 6.1 ... Aumentar mais rapidamente
 - 6.2 ... Aumentar tanto como actualmente
 - 6.3 ... Manter-se
 - 6.4 ... Piorar um pouco
 - 6.5 ... Piorar muito
 - 6.6 ... Não sabe
- 7- Em sua opinião, nos próximos 12 meses, o desemprego no País, irá...
 - 7.1 ... Aumentar muito
 - 7.2 ... Aumentar um pouco
 - 7.3 ... Ficar na mesma
 - 7.4 ... Diminuir pouco
 - 7.5 ... Diminuir muito
 - 7.6 ... Não sabe